

Ditos e Motes Medievais e Modernos: A crítica social e o quotidiano da corte quinhentista

Pedro Miguel Mota Costa

pedroocostaa21@gmail.com

Resumo:

Aparentemente perdidos no seu tempo, os ditos e motes foram produções textuais que, nos tempos de Alexandre Herculano, foram tidos como acessórios imprescindíveis para o discurso ou investigação histórica. Claramente a historiografia tomou novos rumos e as anedotas, fontes tão ricas de informações necessárias para a compreensão do *modus vivendi* de uma sociedade, caíram num aparente esquecimento. Nesta investigação retomamos os estudos de José Hermano Saraiva e Christopher Lund, registos inéditos de quase 2000 anedotas pouco ou nada exploradas. Debruçamos a nossa investigação sobre os campos do quotidiano da corte e da crítica social e, através também de uma análise rigorosa das obras que norteiam esta investigação, utilizamos uma fonte ímpar que não deveria ser menosprezada ou esquecida.

Palavras-Chave: anedota, mote, dito, José Hermano Saraiva, Christopher Lund, quotidiano, crítica social, corte.

Abstract:

Apparently lost in time, the ditos and motes were textual productions that, in the era of Alexandre Herculano, were indispensable accessories for an historical research. As we know, the historiography took some new paths, and the anecdotes, so rich and full of information, were sources that helped us to understand the *modus vivendi* of a society, and because of the time changes, they started falling into oblivion. With this investigation, we continued the studies of José Hermano Saraiva and Christopher Lund, investigating more than 2000 original files that were almost never used by History. We've been working in royal court issues, like the daily routine of them and the social critique intrinsic to the anecdotes, and, with a rigorous analysis of the monographies that always guided our investigation, we have discovered that these sources are so much more than we think.

Keywords: anecdote, mote, dito, José Hermano Saraiva, Christopher Lund, daily-routine, social critique, royal court.

Introdução

Desde os primórdios da humanidade que as relações interpessoais se fazem através da comunicação. Comunicar não passa só pelas relações que o Homem, ao longo dos tempos, foi estabelecendo, é também aquilo que motiva a escrita de fontes,

tais como as que nos propomos a analisar, onde o dia-a-dia despega-se de ser apenas falado para ser eternizado na escrita.

O diálogo e o que dele nasceu, a sátira, aguçaram o engenho de criticar a sociedade através do riso. O desenvolvimento de um discurso polissémico foi a primeira grande forma que o povo arranjou para criticar aqueles que os governavam. A mão forte da governação real começou a ser desafiada constantemente nestes ditos e motes a que agora temos acesso mesmo que seja possível dizer que nem todos têm o tom cómico que a contemporaneidade atribui, agora, ao que vemos como anedota.

A mestria de fazer sorrir aqueles que criticamos nasce nas apresentações de Gil Vicente, um período áureo para a produção textual portuguesa onde o “fingir a vida real” deu espaço à crítica. Aproveitando-se do regozijo real, que serviria como distração para criticar o quotidiano, tanto da corte e da fidalguia, como os excessos do povo e do corpo clerical. Ninguém escapou ao dedo acusador daqueles que, com mestria, faziam as anedotas que temos em análise^{1 2}.

A investigação que pretendemos realizar terá como principal foco a análise de duas obras do século XVI, que nos apresentam anedotas medievais e modernas. Estas duas fontes, por não serem uma produção textual com um tom, na sua índole, sério, fazem com que ao leitor seja concedida a subjetividade de saber ler nas entrelinhas de cada dito ou mote levando-o a perceber, ou não, as críticas feitas à sociedade da época.

O tom polissémico das obras que pretendemos investigar dará o mote à apresentação de alguns aspetos importantes do quotidiano da corte que se venham a confirmar na bibliografia complementar que utilizaremos e à qual mais tarde faremos referência. Para além deste levantamento de aspetos do quotidiano da corte, focaremos também a nossa investigação na análise da crítica social latente em cada uma das anedotas. Porque se há algo que a sátira e o tom cómico de alguns destes ditos “esconde” e revela é, claramente, a crítica a alguns aspetos sociais ou à postura de alguns estratos perante determinadas situações.

Inicialmente, a investigação necessitará de uma apresentação espaço-temporal. O primeiro reinado referido nas duas obras será o de D. João II e, por isso, a nossa investigação estará temporalmente confinada aos finais do século XV estendendo-se até à incursão de D. Sebastião a Tânger, em 1574. A definição do espaço será bastante mais concreta do que a definição das balizas temporais da investigação, dada a discussão existente daquilo a que podemos chamar Idade Média e Idade Moderna mas,

¹ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória: história íntima do século XVI*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

² LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista: histórias e ditos galantes que sucederão e se disserão no paço*. Coimbra: Almedina, 1980.

numa fase mais avançada, explicaremos o porquê desta afirmação. A questão espacial desdobra-se, então, na importância de mencionar um dos grandes espaços onde viveu a corte portuguesa, o Paço da Ribeira, palco da maior parte dos ditos entre 1521 e 1557, reinando D. João III, que merecerá uma breve abordagem da nossa parte e, num breve apontamento, focaremos a importância do Castelo de S. Jorge neste período.

Segue-se a esta definição espaço-temporal uma breve apresentação de aspetos pertinentes da sociedade quinhentista e a definição de um perfil das figuras mais mencionadas nas anedotas: sejam da casa real, como é o caso de D. João II, D. Manuel, D. João III e D. Sebastião; sejam fidalgos como D. Rodrigo Lobo, D. Diogo Lobo e D. António de Ataíde.

Para além de uma investigação focada numa recolha de dados que nos permitam estabelecer e firmar uma realidade histórica, cabe-nos, como historiadores, avaliar as fontes que nos são apresentadas. Assim, a investigação que se sucederá deixa-nos compreender não só a escrita da época que baliza as nossas fontes, como também nos deixará perceber a estilização que os autores contemporâneos impuseram a obras do século XVI e quanto as alteraram em favor da sua subjetividade.

“Se escrevê-los eu lhe não fizer tanto nojo que de todo lhe tire o lustre com que foram ditos, contentar-me-ei. (...) Tomarei por satisfação o intento com que agora consenti que se publicassem, que foi se não perderem muitas cousas que, por serem ditas avisadamente, poderão, com o seu exemplo, aproveitar; e todas elas para que o tempo se possa sem encargo passar.” (Autor Desconhecido) ³

1. O espaço e o tempo: a transição medieval para a modernidade

O sustento de uma investigação prende-se sempre com as fontes que o autor utiliza, as barreiras temporais que estabelece e o espaço sobre o qual se confina a escrever. O rigor leva-nos a não definir num pequeno par de linhas estes pontos que são o norte da nossa investigação.

A subjetividade autoral e o nosso contacto permanente com a História mergulha-nos em discussões sobre o tempo: se, por um lado, defendem cortes abruptos e definições cronológicas claras, nós defendemos que o tempo e o passar dele não são tão firmes e concretos como nos apresentam. O período que decidimos investigar apresenta-se como um período de transição, de constantes mutações.

Porque o tempo não é “quebrável”, não podemos dizer que 1453 foi o início concreto da Idade Moderna e por conseguinte fim da Época Medieval porque a população, as cidades, os costumes, o quotidiano entre outros, não se alteram de um

³ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 15.

dia para o outro. Assim, assumimos que o período se situa, como já afirmamos, numa transição de uma sociedade de costumes medievais para uma sociedade de maior desenvolvimento, com horizontes mais expandidos, não subjugada às fronteiras impostas pela medievalidade, ou seja, uma sociedade moderna.

Já o espaço, muito mais linear como dissemos num momento introdutório, sabemos que não foge às imediações de Lisboa, onde os monarcas residiam. Pelo peso que a corte de D. João III assume para os ditos que iremos analisar, pensamos ser importante fazer menção ao Paço da Ribeira e, por isso, o seguimento da nossa investigação levantará algumas questões relacionadas com este espaço.

1.1. O Paço da Ribeira: casa real, centro das relações da corte ou local de afluência de riquezas?

O Paço da Ribeira é tido como um lugar indissociavelmente ligado a D. Manuel I, pois tinha sido obra deste monarca em substituição do Paço da Alcáçova, iniciando o seu processo de construção por volta do ano de 1500.

Figura 1: O Paço da Ribeira em 1662⁴



Figura 1: A imagem apresentada representa o *modus vivendi*, no século XVII, na zona do Paço da Ribeira. A zona ribeirinha apresenta uma densidade populacional elevada, conseguimos enunciar a partir da análise da obra de Dirk Stoop, uma mistura de classes: mais aproximado conseguimos compreender a presença de representantes da corte e num plano mais distante encontramos tendas que representam a comercialização no Paço da Ribeira.

No contexto do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e do monopólio português na comercialização de mercadorias, onde a afluência excessiva de produtos exóticos chegados a portos portugueses e a sua consequente saída levaram a que o Paço da Ribeira fosse criado para satisfazer as necessidades de um

⁴ STOOP, Dirk – *O Paço da Ribeira em 1662*. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/biblarte/4067538071/>. Acesso em dez. 2016.

povo que precisava, claramente, de ter no território um porto sólido nas margens do rio Tejo para assim ser feita a receção de produtos e estabelecerem-se formas de resolução para as questões aduaneiras que a abertura das portas ao comércio marítimo trouxe.

Por contudente, o Paço da Ribeira acaba por assumir, neste período, um papel que se desdobra em três focos complementáveis: por um lado, seria um porto de constantes chegadas e partidas; por outro lado, seria um armazém, dadas as descargas de mercadorias; e ainda teria um carácter de zona de comercialização e seque interaçã populacional. Assim, e em jeito de resposta ao título inicial do presente capítulo, o Paço da Ribeira assume-se como uma zona onde está centralizado todo o poder da monarquia.

Neste sentido, nada melhor do que fazer desse lugar a residência do monarca num Portugal mergulhado claramente numa política totalmente virada para o mar, dependente da comercializaçã e do transporte de mercadorias, através das rotas que, quase hegemonicamente, controlava.

A vista de uma Lisboa pré-terramoto de 1755 demonstra-nos claramente uma cidade dependente das suas margens onde tudo se concentra a escassos metros do Tejo.

Figura 2 Lisboa Pré-Terramoto 1755⁵



Figura 2: A imagem representa a planta da zona costeira em Lisboa, na 2ª metade do século XVIII. Conseguimos compreender através da análise desta planta como se reconstruiu o Paço da Ribeira e como o Terreiro do Paço dependeu da antiga construção.

Este complexo viria mais tarde a ser totalmente destruído no terramoto de Lisboa de 1755 dando lugar ao que agora é conhecido como Terreiro do Paço ou

⁵ Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/lisboa-pre-terramoto>. Acesso em dez. 2016.

Praça do Comércio.⁶ Podemos claramente perceber, depois de uma pequena introdução ao Paço, que este seria o centro do quotidiano da sociedade: aqui afluíam riquezas e novidades vindas das explorações portuguesas, aqui residia o Rei e a sua Corte, aqui se cimentavam as relações quotidianas não só dos mais ricos, mas também dos mais pobres, principalmente através das várias formas de comercialização propícias, como já dissemos, dos tempos de uma política virada para o além-mar.

1.2. O castelo de S. Jorge

Para além da importância do Paço da Ribeira nesta definição espacial, também compreendemos que um outro complexo, também na cidade de Lisboa, está ligado à nobreza. Mesmo alheio à sumptuosidade e albergando uma grande diversidade de estilos, o Castelo de S. Jorge, na altura sempre designado como Paço da Alcáçova, terá sido residência nobiliárquica até ao reinado de D. Manuel, ultimados os preparativos da inauguração do Paço da Ribeira este deslocara-se então para essa zona mais ribeirinha tendo o Castelo ficado como a prisão dos nobres até ao reinado de D. Sebastião que decide voltar a centrar a residência real neste complexo aquando da sua subida ao trono.⁷

“[584] Querendo D. Garcia de Castro falar a el-rei D. Manuel (...) o reposteiro (...) Gonçalo da Ventura disse-lhe que mandara el-rei que não entrasse nenhuma pessoa, porfiou D. Garcia por entrar; e, por o porteiro o não deixar entrar (...) o mandou espancar. O porteiro fazendo queixa dele a el-rei mandou-o Sua Alteza chamar e disse-lhe: «Queixou-se-me de vós Gonçalo da Ventura, que por vos não deixar entrar (...) o mandáreis espancar. Ide-vos logo ao castelo e mandai-lhe a ele duzentos cruzados (...).”⁸

⁶ MARTINHO, Bruno A. – Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio. IN BUESCU, Ana, FELISMINO, David – *A mesa dos reis de Portugal: ofícios, consumos, cerimónias e representações: (séculos XII-XVIII)*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011. p. 126-129.

⁷ GIL, Júlio – *Os mais belos Castelos de Portugal*. Lisboa: Verbo. 1986. p. 162/ 163.

⁸SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p.207. O dito representa a prisão de Garcia de Castro. A expressão “ide-vos logo ao castelo” é uma ordem de prisão.

Figura 3 Castelo de São Jorge⁹



Figura 3: A figura apresenta o Castelo de São Jorge onde se passam grande parte dos ditos que investigamos.

2. Uma cronologia, vários reinados, uma sociedade: aspetos gerais

O período em que se insere a nossa investigação é tido como um tempo de mudança. O advento dos descobrimentos e a clara vontade de expandir o território português para o tão temido além-mar, a agitação comercial, o contacto com novas realidades, levaram a que Portugal alterasse a sua mentalidade, a sua maneira de estar.

Acredita-se que a evolução populacional se tinha perpetuado, tendo, durante os séculos XV e XVI, o país chegado ao milhão de habitantes.¹⁰ A verdade é que não foi só Portugal a padecer de alterações consequentes do desenvolvimento da História das Mentalidades: “As grandes mudanças ocorridas da viragem do século XV para o XVI provocaram, naturalmente, alterações significativas nos hábitos dos indivíduos, sobretudo nas cidades.”¹¹ Assim sendo, o mundo como até então era conhecido, mudou as suas conceções, mudou o seu ser. Galileu fez, pela primeira vez, a Terra mexer, a Igreja reforçou o seu poder e encetou uma política de perseguições, a Antiguidade Clássica “renasceu” entre muitas outras alterações.

2.1. D. João II, o *Príncipe Perfeito* (1477-1495)

“(…) Homem prudente, arguto e dotado de grandes capacidades (…) de grande memória e facilidade de expressão.”¹² Tido como um homem das leis, D. João II foi um monarca preocupado claramente com a justiça e o cumprimento da legislação.

⁹ [Desconhecido] – [Desconhecido]. Disponível em <http://www.lisbonne-idee.pt/p1917-ate-castelo-sao-jorge-faca-uma-viagem-tempo.html>. Acesso em Abr. 2017.

¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – O Século de Ouro (1495-1580). In *História de Portugal*. Lisboa: Verbo. 1979. vol. III. p. 218.

¹¹ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: Um príncipe do Renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3440-1.

¹² FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3442-8 p. 244-245.

A sua política começa por uma vontade de centralização do poder dando ênfase à necessidade de o Rei estar presente em todas as tomadas de decisão: “Todas as sextas-feiras, pela manhã, vai à Relação; depois (...) despacha com os desembargadores do paço; e aos sábados, na Fazenda, trabalha com os seus vedores e escritvães.”¹³ As anedotas relacionadas com D. João II apresentam-nos claras confirmações de uma política onde o monarca se insere no centro da vida política. A decisão final seria sempre tomada pelo rei. Veja-se, então, o primeiro dito da obra de José Hermano Saraiva, claramente revelador de um monarca pouco importado com a envolvência dos vereadores na tomada de decisões já que, para ele, só a sua vontade teimará, no final, por subsistir.

“[1](...) e que el-rei se determinava em por nenhum caso lho conceder [um negócio cobiçado por um procurador da vila da feira] disse-lhe que (...) os vereadores o mandaram, pois ficaram tão confiados na razão que lhes parecia naquilo tinham, que haviam de cuidar que (...) fora mal despachado de Sua Alteza (...) el-rei acudindo-lhe muito desagastado:

– Eu vo-lo ensinarei: assentai-vos com eles em algum soalheiro e dizei-lhes «Demo foi logo, se lho eu não disse!»¹⁴

Conseguiu ser um monarca forte aquando da necessidade da aplicação da lei mas também soube ser compassivo, quase compreensivo para com os pequenos delitos e isso é bastante notório na análise do seguinte dito:

“[11]Enforcando-se em Lisboa uma mulher por seu marido a culpar de adultério e livrando-a Nossa Senhora (...) a mulher escapara (...) havendo mais de cinco horas que estava enforcada, sendo já a justiça e a mais gente vinda, a viram bulir e a tiraram. Indo-se o marido a el-rei, disse-lhe que sabia que sua mulher não fora bem enforcada; que mandasse Sua Alteza que a tornassem a enforcar. E el-rei respondeu-lhe:

– Sou contente, contanto que estejais vós outro tanto tempo na forca como ela esteve; e, se viverdes, então o mandarei.”¹⁵

2.2. D. Manuel I, O Venturoso (1495-1521)

“D. Manuel foi um homem bafejado pelo destino, recebendo o trono que, se não fora a morte do primo D. Afonso, jamais lhe caberia em sorte”¹⁶. Seguirá as pisadas de D. João II quanto à centralização do poder e as anedotas também confirmam essa componente: “Julgando-se na Relação, perante el-rei, dois homens baixos à morte (...)

¹³ Idem: *Ibidem*.

¹⁴ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 16.

¹⁵ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 19

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – O Século de Ouro (1495-1580). In *História de Portugal*. Lisboa: Verbo. 1979. vol. III. p. 11.

depois de todos concordarem e votarem que morressem, disse el-rei: «Não me parece razão que morram dois homens por duas bestas.»¹⁷. Tendencialmente absoluto, a sua corte assenta numa “fidalguia poderosa, favorecida pelo monarca, mas obediente”¹⁸

De notável interesse pela construção de novos edifícios¹⁹, devemos ao monarca o assento heráldico de maior importância para Portugal: a Sala dos Brasões, em Sintra onde “cada brasão carregava a memória de dezenas de fidalgos que haviam servido a coroa”²⁰.

Servindo-se da boa conjuntura propiciada pela política ultramarina, o reinado de D. Manuel foi pautado por construções e renovações de palácios, veja-se a confirmação por parte das anedotas em análise: “[19] Mandado el-rei fazer o Mosteiro de Nossa Senhora de Belém, disseram-lhe que era muito longe da cidade e ele disse «Calai-vos, que ainda há-de chegar a Lisboa!»”²¹; pelo fomento das relações familiares, sobretudo aquelas relacionadas com os três casamentos que celebra durante toda a sua vida que demonstram claramente as suas vontades e necessidades enquanto monarca português, sendo que estes relacionamentos pouco tinham, inicialmente, índole amorosa, os interesses políticos sempre falavam mais alto.

2.3. D. João III, o Piedoso (1521-1557)

Grande incentivador das artes, da educação e da expansão político-comercial portuguesa D. João III é, ao mesmo tempo, acusado de ser o responsável pelo atraso cultural de Portugal²². Não é possível negar a importância com que ficou o reinado joanino na modernidade lusitana devido ao grande dinamismo da coroa. E são vários os acontecimentos que o comprovam: consolidação da expansão marítima; reforma da Universidade de Coimbra; criação do Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra; criação do Tribunal da Santa Inquisição; chegada da Companhia de Jesus; ocupação de terras no Brasil, com a política das Capitanias Hereditárias e, depois, com a criação do Governo-Geral.²³

2.4. D. Sebastião (1557-1578)

“Deixou el Rey D.João, alguns meses antes de morrer, sobre a criação D’elRey D.Sebastião a governança do reyno (...) Ordenava el Rey à Rainha a criação d’el

¹⁷ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 23

¹⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: Um príncipe do Renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3440-1. p. 98.

¹⁹ Idem: *Ibidem*.

²⁰ Idem: *Ibidem*.

²¹ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 22.

²² BUESCU, Ana Isabel – *D. João III: 1502-1557*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3536-X. p. 9.

²³ Idem: *Ibidem*, p. 215-239.

rey D. Sebastião seu netto e fosse sua tutora e elle criado até ser de idade de 20 annos.²⁴

Ainda menino de berço, depois de ter perdido o seu pai, D. Sebastião tornou-se o sucessor direto do trono português aquando da morte do seu avô, D. João III. Vindo este a falecer em 1557, a regência, devido à menoridade do rei, é deixada a D. Catarina, sua avó. Principalmente pela proximidade desta à coroa castelhana, terá sido afastada da educação de D. Sebastião e mais tarde da própria corte. Mesmo sendo vontade do seu avô que tomasse o trono aos 20 anos de idade, este tomou-o aos 14.

Fervoroso defensor da Reconquista encabeça a Jornada a África onde viria a morrer dando aso ao mito sebastianista tão presente nos ditos de Christopher Lund. A sua personalidade seria bastante forte, convicto das suas vontades, não deixava qualquer um intrometer-se nas suas decisões.

“(...) nos paços de Xabregas, aonde chamando algumas noites por Dom. Alv.^o de M.^{es} seu pagem da campanha que dormia aos pés da cama (...) se sahia só com elle ao longo do rio (...) dous fidalgos q forão test.^{as} de vista, destas saídas de noite se contarão outras em Almeirim mais notáveis, mas de menos serteza p,lo q deixo de as referir.”²⁵

Vários autores levantaram a possibilidade da homossexualidade do monarca e a verdade é que o dito acima transcrito e uma boa parte daqueles que estão inteiramente relacionados com a infância de D. Sebastião, levam-nos a concluir que tais possibilidades derivam da sua grande proximidade individual a alguns fidalgos.

2.5. Foi fidalgo muito honrado e zeloso²⁶

A óbvia importância que atribuímos aos monarcas deve ser partilhada também com os fidalgos. Partindo da forma coloquial como maioria das Anedotas de Lund apresentam os fidalgos – Foi fidalgo muito honrado e zeloso – compreendemos que para criar um diálogo necessita-se de um interlocutor e, por isso, é perentório definir quem são os interlocutores e qual a sua ligação ao monarca. Com isto, pretendemos estabelecer neste ponto, quem são os fidalgos com quem o monarca se relaciona e qual a sua importância para a corte de cada Rei.

António de Ataíde (c. 1500-1563)²⁷

²⁵ LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas...* p. 62.

²⁶ Para além do Nobiliário de famílias de Portugal utilizamos: FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

²⁷ *Nobiliário de famílias de Portugal* in Biblioteca Nacional Digital [em linha]. [Braga], 1938-1941. [consult 2016-12-28 21:28:33]. Disponível na Internet: <http://purl.pt/12151/3/>. Tomo II. p. 71.

Filho de Álvaro de Ataíde, senhor de Castanheira, Povos e Cheleiros e de Violante de Távora. Casou com Ana de Távora, com quem teve cinco filhos: Violante de Ataíde, António de Ataíde, 2º conde de Castanheira; Joana de Ataíde; Jorge de Ataíde, bispo de Viseu e Maria de Ataíde. Manteve vários cargos: Senhor das vilas de Povos e Cheleiros, e do morgado da Foz, conselheiro de Estado, vedor da Casa Real, alcaide-mor de Colares, comendador na Ordem de Cristo.

Diogo Lobo da Silveira (c. 1470)²⁸

Filho de D. João Fernandes da Silveira, 1º Barão de Alvito e de Maria de Sousa Lobo, 5ª senhora de Alvito. Herdou de seu pai o título de Barão de Alvito. Casou duas vezes: primeiro com D. Joana de Noronha, de quem teve oito filhos: D. João Lobo da Silveira, D. Rodrigo Lobo da Silveira, D. António Lobo, D. Filipe Lobo, governador da Mina; D. Francisco Lobo, comendador de Rio Torto; D. Pedro Lobo; D. Leonor de Noronha e D. Maria de Noronha; e com D. Leonor de Vilhena de quem teve três filhos: D. Luís Lobo da Silveira, D. António de Vilhena e D. Filipa de Vilhena.

Rodrigo Lobo da Silveira (1490-1578)²⁹

Filho de D. Diogo Lobo e de D. Joana de Noronha, D. Rodrigo Lobo terá sido Barão de Alvito, mantendo de forma hereditária o título que pertencera a seu pai. D. João III nomeia-o Vedor da Fazenda. Casou com Guiomar de Castro, em 1559, filha do Regedor da Casa da Suplicação, e teve com esta cinco filhos: D. João Lobo da Silveira, que manterá o título de Barão de Alvito; Rui Dias Lobo; D. Joana Lobo; D. Ana de Noronha e D. Isabel de Castro.

3. Ditos dignos de Memória e Anedotas Portuguesas: duas obras em análise

Trazendo para a contemporaneidade a oralidade de tempos que o próprio tempo já levou, aquilo que podemos retirar é sempre vincado pela subjetividade da nossa interpretação. Àqueles que, como nós, tiverem interesse pelas obras em análise, deixamos este pequeno contributo como a apresentação de uma de tantas possibilidades que a análise destes ditos e motes, de tom nem sempre uniforme, permite. Esta é a forma que pensamos ser a mais correta: que se alicerça nas verdades inquestionáveis de Saraiva, nas questões levantadas por Costa Ramalho na revista *Humanitas*, na análise correta mas muitas vezes contrária de Mário Justino Silva e no rigor histórico de Christopher Lund.

²⁸ Idem: Tomo XVII. p. 155.

²⁹ Idem: Tomo XVII. p. 156.

É importante salientar que especificamente Lund e Saraiva serviram como transcritores de escritores da época em estudo, seja, para nós, da forma mais correta ou não. De outra maneira, não seria possível ter acesso a estas anedotas que, certamente, cairiam no esquecimento, dada a conotação negativa que a contemporaneidade atribuiu a uma anedota. Esse será o grande incentivo, tanto de Christopher Lund, como de José Hermano Saraiva: fazer estes registos esquivarem-se de um destino certo de esquecimento.

A demora na análise dos dados desta investigação, talvez nos demonstre que, mesmo com os esforços dos autores, a História fez-se pondo de parte estes ditos e estes assentamentos, ou seja, estes dois manuscritos tratados por Lund e Saraiva. Compreendemos que aquando do aparecimento das anedotas, principalmente pelas mãos de Herculano, os historiadores portugueses utilizaram muito estes ditos para complementar os seus trabalhos. Mesmo assim, o rejuvenescimento de alguns destes ditos não quer dizer que todo o estilo tenha sido salvo do esquecimento. De características muito próprias, que mais à frente enunciaremos, a grande verdade destas anedotas é que o seu conteúdo abrange várias áreas: a sociabilidade, a justiça, a política, a administração, as questões bélicas, os costumes e ritos e etc., e, por isso, aquando da necessidade de fazer uma inventariação, a Tipologia da Anedota tornou-se algo muito importante de mencionar.

3.1. Avaliação das fontes: dados relevantes para o nosso estudo

As obras que servem de base para esta investigação dependem, também elas próprias, da nossa análise, seja na avaliação da estrutura que apresentam, seja na interpretação do conteúdo, seja em pequenos detalhes que escapam aos autores que de tão mergulhados no tempo e na escrita da época, tomam como secundárias informações que não são, de todo, dispensáveis.

A avaliação das fontes que propomos não será só um apontar de pontos negativos ou positivos na escrita e interpretação dos autores, será também um constatar de influências de uma contemporaneidade díspar daquela que hoje nos influencia. Pela sua proximidade ao regime salazarista, José Hermano Saraiva define, com “mão de ferro”, as anedotas que vai apresentar, como um desafio à censura: o “risco proibitivo do censor começaria na primeira e acabaria na última página”³⁰. Não deixa, como um apontamento bastante subjetivo, de ser intrigante o interesse do autor nestes ditos e para além disso, manter, aquando da intitulação da obra, o subtítulo: *dignos de memória*.

³⁰ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 5.

Tendo sido Ministro da Educação num período que abrange um sistema que criou e apoiou a censura³¹, o tom polissémico das anedotas é tudo aquilo que o lápis azul despreza: o desafio a quem está no poder, a crítica à governança, o demonstrar de inteligência popular e, por isso, talvez não devessem ser algo que lhe despertasse tamanho interesse.

Iniciando esta avaliação pela obra de José Hermano Saraiva, uma das problemáticas que esta implica é a existência de uma obra original, que desapareceu, com várias cópias espalhadas pelo país: “Das várias cópias que examinei, as mais completas são a da Secção de Reservados da Biblioteca Nacional (...) e a da Biblioteca da Academia da Ciências de Lisboa”^{32 33}. Porque tudo deve ser posto em causa, uma pesquisa sobre este ponto sobre o qual agora nos debruçamos, levou-nos a um artigo, na *Revista Humanitas* da Faculdade de Letras de Coimbra, onde temos informação complementar e mais pertinente do que aquela que José Hermano Saraiva fornece.

Pelo estilo de Saraiva, percebemos, desde a primeira página, que a escrita do autor é cimentada em fortes convicções. A sua adjetivação é forte e em nenhum momento sustenta no seu trabalho algum tipo de dúvidas. Num trabalho em que se espera alguma dúvida ou inquietação, já que o autor é desconhecido, Saraiva não apresenta qualquer tipo de ligação a probabilidades, as suas conceções são de tal modo firmes e vincadas que torna especulações em verdades dogmáticas.

É talvez por isso que não aponta, em nenhum momento da sua obra, nenhum detalhe proveniente dos contactos que teve com Américo da Costa Ramalho. Este último, numa pequena introdução a um artigo sobre *Ditos e Sentenças Quinhentistas Portugueses*³⁴, apresentou detalhes cruciais para a compreensão da obra em análise.

Aquilo que conseguimos perceber através do artigo da *Revista Humanitas* é que existe vários manuscritos diferentes referentes aos Ditos Quinhentistas. A interpretação do autor defende que estes manuscritos estão interligados:

³¹ José Hermano Saraiva in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-12-18 17:40:01]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](https://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva).

³² Idem: p. 11.

³³ Muitas vezes o autor recorre ao manuscrito da Real Academia das Ciências para empreender com outro tipo de transcrição já que este não é igual ao manuscrito da Biblioteca Nacional, porém compreendemos que nem sempre o autor recorreu a este manuscrito. Veja-se o dito 219 onde o autor transcreve “tarbo” não tendo nenhuma definição para este termo, ao vermos o manuscrito da Real Academia compreendemos que o que foi transcrito como “tarbo” é “garbo” dando-nos, agora, o direito de questionar toda a transcrição.

³⁴ RAMALHO, Américo da Costa – Ditos e Sentenças de quinhentistas portugueses. [em linha] *Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1972-1973. Vol. XXIX-XXX. [consult. 2016-12-22 21:37:14] Disponível na Internet: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/29288/2/Humanitas29-30_artigo1.pdf?ln=pt-pt.

“Os ditos e sentenças que nestes três manuscritos se encontram são quase os mesmos, embora por ordem diferente; e, com ligeiras variantes, têm a mesma redação. Outra característica comum é a de que alcançam o reinado de D. Sebastião, mas não conhecem a derrota e morte do rei em Alcácer-Quibir, a 4 de Agosto de 1578”³⁵.

A verdade que Costa Ramalho aponta é que os manuscritos, ao contrário do que Saraiva defende, não são cópias integrais de alguma obra original perdida no tempo, pois apresentam ditos semelhantes mas também ditos díspares, como é o caso de duas anedotas anexas ao artigo, que não estão registadas no livro de José Hermano Saraiva, para além de a distribuição dos ditos ser diferente em todos os manuscritos. Prova disso é o manuscrito da Real Academia das Ciências, ao qual tivemos acesso, e que, apenas inicialmente, se encontra igual ao que José Hermano Saraiva apresenta, sendo que a distribuição dos ditos é, ao decorrer do manuscrito, diferente.

O autor terá, em vários momentos da sua vida, como já inteiramos, tido acesso a vários manuscritos sobre Ditos e Sentenças de quinhentistas portugueses, entre eles: dois manuscritos em Portugal, um presente na Academia das Ciências: *Ditos portugueses dignos de memória colecionados pelo Marquês de Marialva*^{36 37}; e outro presente na Biblioteca Nacional de Lisboa: *Dittos Portugueses dignos de memória. Nam tem este Livro nome de Autor mas pelo que delle se colhe existia no tempo de El Rey Dom João o 3º e El Rey Dom Sebastião seu netto*^{38 39}.

Assim, como Saraiva, confirma a existência de mais um manuscrito integral, no Rio de Janeiro intitulado: *Ditos de Reis, Infantes e Pessoas Ilustres de Portugal*⁴⁰ e apresenta uma diferença de Saraiva, o manuscrito de Coimbra teria apenas as anedotas resumidas⁴¹. Por nenhum manuscrito estar assinado ou com o autor devidamente identificado, José Hermano Saraiva tomou o autor como desconhecido e assim ele é apresentado no catálogo da Biblioteca da Academia das Ciências, na entrada [120]⁴².

Também o nosso acesso ao catálogo da Academia das Ciências de Lisboa já referenciado, série azul de manuscritos, nos concedeu algumas informações quanto ao manuscrito que Saraiva não menciona, tais como *1 fl. de título inum. em letra posterior + 2 fls. de prólogo inums. + 188 fls. de texto num. a lápis, frente e verso, de 1 a 375,*

³⁵ Idem: p. 1.

³⁶ Idem: *Ibidem*.

³⁷ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 06.

³⁸ Idem: p. 11.

³⁹ RAMALHO, Américo da Costa – *Ditos e Sentenças de quinhentistas portugueses...* p. 02.

⁴⁰ Idem: *Ibidem*.

⁴¹ Idem: p. 2.

⁴² *Série Azul de Manuscritos* in Academia das Ciências [em linha]. [consult. 2017-01-02 23:14:32]. Disponível na Internet: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/8737551_catalogo-ma.pdf.

*começando no verso do 2º fl. de prólogo; 2º [288 x 200 mm]. Enc. Restaurada em inteira de pele, com ferros a ouro na lombada.*⁴³

Para o historiador estas informações são bastante importantes, principalmente para tentar compreender se o manuscrito fará parte, ou não, de um rol de obras mais intimistas e de pouca importância, ou se o seu foco é muito maior do que aparenta. Veja-se, de seguida, a capa do manuscrito e o estado de preservação do mesmo.

Figura 4 Aspeto do Manuscrito da Academia das Ciências



Figura 8: A imagem representa a encadernação e primeira página do Manuscrito da Academia das Ciências.

Não fugindo do artigo da revista *Humanitas*, a verdade é que a análise que Américo da Costa Ramalho faz ao manuscrito do Rio de Janeiro permitiu que este encontrasse uma referência à família do autor ou de alguém que reviu a obra num período próximo ao da escrita da mesma. “Uma nota a lápis remete para a página 457 onde, com a mesma letra, o copista escreveu: «Meu tio frei Vasco», seguindo-se um episódio de pouco interesse.”^{44 45}.

Este pequeno detalhe poderá fazer alguma diferença na definição de um perfil mais concreto do autor, já que Saraiva se aventura a conceber um perfil baseado em suposições daquilo que vai lendo. Pensamos que este acrescentar de informação poderia, para o autor, ser como que um cair no erro de se deixar “seduzir” pela dúvida e dada a falta de bases monográficas que sustentem esta nota, a sua retidão e visão dogmática afastaram a apresentação de uma provável conexão a um autor.

A obra de Christopher Lund é muito mais linear que a obra de José Hermano Saraiva, não havendo muito a apontar àquilo sobre o qual o autor tece comentários numa introdução breve e concisa. A sua escrita fluente e de fácil compreensão tomam

⁴³ Idem: p. 43.

⁴⁴ RAMALHO, Américo da Costa – Ditos e Sentenças de quinhentistas portugueses... p. 1.

⁴⁵ No manuscrito da Real Academia das Ciências não existe esta nota a lápis.

a nossa atenção logo na primeira página. Para além disto, existem Aneotas escritas na primeira pessoa o que facilitou Lund a encontrar o autor destes ditos que iremos revelar mais à frente.

As anedotas apresentadas fazem parte de uma coleção encontrada, em 1976, na divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso de Washington (EUA). Passando por um rol diversificado de personagens identificáveis na nossa História, como “reis, militares, eclesiásticos, poetas, chocarreiros, atafoneiros, sapateiros, etc.”⁴⁶

Ao contrário daquilo que Saraiva faz, apresentando as anedotas como forma de escárnio, para Lund a função das anedotas é muito mais do que aquilo que é apresentado: a função das Aneotas é a de um “primitivo e primoroso jornalismo cultural nascido na tradição das crónicas (...) e alimentado pelos ares humanísticos havidos em Portugal ao longo do século XVI”⁴⁷.

As informações que o autor fornece, como já mencionamos, são bastante mais concretas e concisas e, por isso, não existem muitas questões que possamos levantar à introdução. A escolha da divisão da obra em si é sustentada no conteúdo tripartido que esta tem. A questão autoral é levantada para cada parte apresentada, sendo que só uma delas é claramente assinada, ou seja, a segunda, escrita por Rui Lourenço de Távora, situada entre os ditos [XXVIII-XLI]⁴⁸, incidindo em matéria sobre D. João III. As restantes partes [I-XXVII] incidem em ditos referentes a matéria sebástica e [XLII-CXXVII] em “Istórias e ditos galantes”.

Quanto ao próprio manuscrito, a abordagem de Lund apresenta uma clara noção da importância de algumas informações para a História. É claro que a nossa avaliação deve individualizar cada uma das obras que temos em análise, mas não podemos deixar de estabelecer um ponto de comparação entre o rigor da escrita de Lund e a escrita de Saraiva tão díspar daquela que agora temos acesso.

“Códice, em bom estado, 20,8 cm x 16 cm x 25 cm com cota na Divisão dos Manuscritos de P-129. (...) encadernação em bezerro executada por Lesort, em Paris. Tem na capa as armas do 2º conde de olivais e Penha Longa, José de Araújo Pinto Leito, em ouro. Falta ao texto a folha de rosto (...) 196 folhas enumeradas, havendo apenas 195. A letra parece seiscentista e o texto, salvo lapsos e emendas parece ser cópia.”⁴⁹

A descrição do manuscrito apresenta-nos claras provas de ser, a par do manuscrito de Saraiva, bastante importante dado os materiais utilizados.

⁴⁶ LUND, Christopher – *Aneotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista: istórias e ditos galantes que sucederão e se disserão no paço*. Coimbra: Almedina, 1980. p. 2.

⁴⁷ Idem: p. 18.

⁴⁸ Já desde a Aneota XXI que se apresenta a subjetividade autoral de quem presenciou os acontecimentos e, por isso, na nossa inventariação colocamos desde este dito o início da escrita de Rui Lourenço de Távora.

⁴⁹ Idem: p. 19.

3.2. Anedotas: proveniência, definição e importância

As anedotas, como as conhecemos nestes dois manuscritos, proliferaram durante o Humanismo fazendo parte da cultura literária dos séculos XV e XVI dada a sua abundância. Envolvidas na contemporaneidade de nomes como Camões – a quem Lund dedica uma parcela da sua obra –, Gil Vicente, Garcia de Resende, entre outros. No caso, por exemplo de Camões, podemos facilmente fugir ao que conhecemos da sua vida encarando a sua ação relacionada com o quotidiano da época. Por exemplo, dos ditos relacionados com Camões na obra de Christopher Lund (da anedota CIII à CX), conhecemos-lhe, ainda mais, as feições de galante e trovador.

A palavra Anedota deriva do grego *Anékdotos* que significa inédito e desdobram-se em duas possibilidades de definição: podem ser 1) relatos de um facto jocoso ou curioso; 2) particularidade humorística e sarcástica de uma figura lendária ou histórica.⁵⁰ Apresentam-se como que um “falar derivado”, ou seja, o motejador (aquele que conta os motes) fala partindo daquilo que vê, ouve ou pensa. A nível literário, Mário Justino Silva, apresenta estas anedotas estilizando-os sob características do estilo discreto, onde a ambiguidade da palavra o leva a inferir que quanto mais obscuro era o sentido do mote, mais+ apreciado era.⁵¹

Para além de uma apresentação geral daquilo que tomamos como anedotas devemos perceber que aquilo que nos foi apresentado muitas vezes fugiu ao cómico. Partir do pressuposto que uma anedota subentende algum humor é, talvez, uma particularidade portuguesa pois, por exemplo, uma anedota no seu sentido literal, no espanhol, representa um pequeno conto ou produção textual derivada da presença em determinados momentos que precisam de ser relatados.

3.3. O quotidiano da Corte

Para a investigação que pretendemos fazer, foi bastante importante a definição de um modelo de interpretação dos dados disponíveis, dada a forma inédita como estes estão a ser tratados. Assim, recorreremos a uma inventariação das anedotas seguindo um modelo por nós definido onde, através da numeração fornecida pelos autores, apontamos a *Tipologia das Anedotas*; a sua *Relação com o Quotidiano* e a presença, ou não, de *Crítica Social*.

⁵⁰ LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista: histórias e ditos galantes que sucederão e se disserão no paço*. Coimbra: Almedina, 1980. p. 23-24.

⁵¹ SILVA, Mário Justino – *O rei e os nobres: Imagens do quotidiano nos Ditos Portugueses Dignos de Memória (século XVI)*. Carnaxide: Patrimonia, 2004. p. 69-71.

A inventariação feita facilitou a nossa elaboração de um esquema que nos deixe definir, nos vários campos, o quotidiano da corte, as formas de trato, a postura tomada pelo monarca e corte a nível político, a aplicação da lei e a sua relação com a justiça e as tomadas de decisão no campo administrativo.

Antes de iniciar qualquer abordagem referente ao quotidiano é importante uma introdução ao conceito de corte: “foi definida como o lugar da presença do Rei e, simultaneamente, o conjunto dos homens que o acompanham.”⁵² A abordagem ao quotidiano deixa-nos apontar vários detalhes que o ambiente de corte transmitiu a um autor que pensamos ter frequentado a corte dos três reis investigáveis.

3.3.1. Rei: centro do quotidiano

A nossa análise assenta na tripartição dos reinados a investigar, mas compreendemos que não há uma fuga concreta àquilo que foi a corte de D. João II, D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião. Comum a característica centralizadora, focada principalmente entre os ditos 1 e 11, sobre D. João II, sendo já nesta investigação transcrito um dito revelador da política do rei, agudizam-se críticas a D. Sebastião que muitas vezes é tido como mimado, intransigente e pouco obediente:

“(…) q seu Ayo o deenganou, dizendo q em nenhuma man.ra avia de hir nos frizões, elRey com o apetite de mosso se recentio de modo q sahio p.a outra caza: e pondo a mão no pano foy dizendo algumas palavras nas quais mostrava enfadarce de tanta sujeição e obediencia.”⁵³

O reinado de D. Manuel I é uma clara continuação daquilo que D. João II fez, ou seja, manteve-se o poder centralizado e a corte e os cargos dependentes do monarca, como podemos comprovar no dito 18: “Vindo el-rei a gostar de um alfaiate por lhe achar muita graça, tomou-lhe o filho por criado (...) e quando (...) foi tomar Azamor, foi este criado (...) lá armado cavaleiro”⁵⁴

Ao reinado de D. João III está inerente a ideia de que o rei não conhece todos os fidalgos que faziam parte da sua corte: “Vendo el-rei (...) na varanda (...) passar um fidalgo ao longe, perguntou ao conde de Castanheira quem era e ele respondeu-lhe que era filho do arcebispo”⁵⁵, mas é conhecedor daqueles a quem pertencem os apelidos mais afamados e que pertencem desde sempre à sua corte: “Falando-lhe o barão em um criado que lhe era remetido, chamado João Limpo de Abreu, porque el-rei sabia que aquele homem não era dos deste apelido de Abreu, disse ao barão: «Sim, limpo de

⁵² GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Ed. do A., 1994. p.1.

⁵³ LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas...* p. 45.

⁵⁴ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória...* p. 21.

⁵⁵ Idem: p. 29.

Abreu»⁵⁶, proibindo que fossem tratados como seus parentes os que o fossem para além do 4º grau ou por via de mulher: “(...) Os meus escrivães fazem mais cavaleiros e mais fidalgos do que eu faço; mas isto sofreria bem se não chamassem parentes meus a muitos a quem o eu não chamo.”⁵⁷

3.3.2. A mobilidade social, usurpação de poderes e as mercês

“A principal obrigação do ofício de rei é dar a cada um o seu e que por nenhum caso pode dar o que for de uma pessoa a outra.”⁵⁸

Talvez de tudo aquilo que é mencionado nas anedotas que analisamos, a mobilidade social tem um autêntico destaque, das 1607 anedotas lidas (englobando as duas obras), mais de metade destas está relacionada com a concessão de cargos, mercês ou dignidades. Diariamente, o monarca passa o seu tempo a analisar os pedidos de concessão de mercês e dignidades, pois estas são atribuídas exclusivamente pelo monarca, muito devido a algumas debilidades financeiras que o reino atravessava: “(...) «Bem sei que dizem de mim que não despacho, E sabeis porque não despacho? Porque não tenho que dar.»⁵⁹ Está, então, patente que a sociedade cobiça cargos, perdões e financiamentos caindo nas boas graças do monarca pois as suas sentenças e conclusões sobrepõe-se a qualquer outra. Para além disto, apresentam-se, em vários ditos, casos de erros graves no ofício. É constantemente feita menção à forma como os escrivães deturpam as ordens dos monarcas:

“[40] Assinando el-rei com escrivães da câmara, leu-lhe um deles, entre outros alvarás que levava, a subscrição de um, e el-rei que tinha singular memória, querendo como o escrivão usar de uma e outra cousa, tomou a pena com tinta e disse: «Eu não mandei tal cousa». E depois assinou.”⁶⁰

Como acrescento ao que até então mencionamos, a posição fidalguia não detinha muita humildade, compreendiam que o rei deveria ser servido caso eles fossem recompensados, ou seja, cria-se um ciclo vicioso onde ao rei não está inerente nenhum tipo de apoio pela sua posição social, mas sim pelo seu poder e recompensas: “mas Vossa Alteza é o mofino⁶¹ que eu não, porque eu tenho-o muito bem servido, que é o meu ofício; e Vossa Alteza não faz o seu, pois me não faz mercê nenhuma.”⁶²

Assim sendo, o perfil dos fidalgos portugueses enegrece-se um pouco pois de tanta cobiça, de tantos confrontos por riquezas, de tanta subjugação dependente de

⁵⁶ Idem: p. 35.

⁵⁷ Idem: p. 42.

⁵⁸ Idem: p. 24.

⁵⁹ Idem: p. 32.

⁶⁰ Idem: p. 29.

⁶¹ Expressão utilizada que significa com azar, pouco afortunado.

⁶² Idem: p. 208.

mercês ficando firmado no manuscrito de Saraiva que “os mais deles não viviam sem uma pequena de cobiça e um pedaço de inveja e um grande pedaço de murmuração.”⁶³

3.3.3. Ritos, Práticas e Costumes

Se a nossa investigação se prende com a compreensão do quotidiano, vários serão os costumes que veremos estarem apensos a esta sociedade de transição.

Como prática também associada ao dia-a-dia da corte o autor apresenta o costume da corte de beijar a mão ao rei, quando a corte se cruza com ele, sendo este um costume bastante pertinente e revelador da subordinação da corte ao rei: “(...) foy pedir l.^{ca} a elRey p.^a sahir p.^a hua quinta sua, e dandolha elRey, lhe beijou a mao”⁶⁴

Um dos costumes que se relaciona claramente com um hábito quotidiano prende-se com a deslocação da corte para fora do Paço da Ribeira. Aquando da saída da corte do Paço, esta instalava-se nas habitações não só dos habitantes da vila para que se deslocavam como também das proximidades: “Querendo el-rei ir de Lisboa para Almeirim, mandou notificar a todos os seus criados que o que lá não fosse não havia depois de vencer moradia.”⁶⁵

À semelhança daquilo que é feito quando se cruzam com o monarca todos os dias, sabemos que os nobres deviam dirigir-se ao rei de barrete (na versão de Saraiva) ou gorra (na versão de Lund) na mão mas quando eram de alta “jerarquia”, o Rei mandava-lhes que se voltassem a cobrir, a falta desta deferência era considerada uma afronta: “Sendo moços o marquês de Torres Novas e D. Pedro Dinis, seu irmão, foram um dia ao Paço e el-rei mandou cobrir ao marquês” (Saraiva: 1989, p.38). Assim como para se dirigirem diretamente ao monarca os fidalgos deveriam *sentar-se de joelhos*: “(...) E el-rei mandou-lhe que o deixasse entrar. Sentou-se o fidalgo de joelhos” (Saraiva: 1989, p. 45). Para além do que já mencionamos, a corte de D. João III tinha como hábito apelidar os criados de nomes rebaixadores: “(...) a el-rei um seu criado de muito serviço, chamado por alcunha de Cão”.⁶⁶

Várias são, também, as penas corporais associadas aos costumes do quotidiano da nobreza. A estas penas corporais estava associado um pregão, ou seja, quando o infrator fosse submetido a elas deveria ser explicado o porquê da pena: “(...) Vedes que é necessário que diga o pregão: «Porque enganou a el-rei e ao corregedor da corte».”⁶⁷

Como exemplo de uma das penas mais usais temos o castigo do pingo onde azeite ou gordura a ferver era vertido gota a gota sobre o corpo dos infratores.

⁶³ Idem: p. 229.

⁶⁴ LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas*... p. 84.

⁶⁵ SARAIVA, José Hermano – *Ditos portuguese dignos de memória*... p. 31.

⁶⁶ Idem: p. 41.

⁶⁷ Idem: p. 37.

“Vindo o infante [D. Luís] uma tarde com el-rei seu irmão de fora, descavalgando e subindo pela varanda dos Paços da Ribeira, em Lisboa, ia João de Sá, o Negro, entre os moços da câmara que levavam as tocas. Disse-lhe o infante: «Arredai-vos, não vos pinguem.»”⁶⁸

Ainda nas questões do dia-a-dia, relacionadas com os costumes, teremos o crescente destaque do lazer: o xadrez: “Indo el-rei, acho o mestre vendo jogar dois fidalgos de sua casa o enxadrez”⁶⁹, ou jogar à cana: “Querendo uns fidalgos jogar às canas (...)”⁷⁰, as cartas: “Jogando D. Pedro de Almeida, um dia, com certos fidalgos às cartas”⁷¹ (Saraiva, 1989, p.52), a caça são uma constante nas anedotas mais quotidianas.

Feita a nossa abordagem referente ao quotidiano, obtida através da nossa inventariação, cabe-nos compreender que para além de detalhes quotidianos da corte de cada reinado em análise, também nos é possível apontar hábitos, costumes e detalhes não só da corte como da sociedade quinhentista.

4. A crítica social

Desde o primeiro contacto que tivemos com as fontes que deram o mote à realização desta investigação, decidimos enveredar por uma abordagem que tivesse como foco a indexação ou inventariação dos ditos a que tivemos acesso. Assim, na definição dos tópicos pelos quais se devia pautar a inventariação, percebemos que a crítica social seria um dos tópicos de maior incidência dado o tom polissémico das anedotas. É no saber ler nas entrelinhas, como mencionamos no momento introdutório, que se descobre a crítica social latente nos ditos em análise.

Dos ditos inventariados cerca de 127 apresentam, na sua índole, um tom crítico. Tomemos por crítica tudo aquilo que a anedota aponta como errado, como para além do estipulado ou como um enfrentar do poder do monarca. A divisão da nossa inventariação em reinados permitiu-nos compreender qual o tipo de crítica mais usual em determinados reinados, por isso, podemos dizer que no reinado de D. João II as críticas existentes referem-se, sobretudo, a pretensões dos fidalgos.

A avareza social, a deturpação das decisões do monarca, a cobiça, as pretensões, as chantagens, a superiorização do sangue sobre a honra, são óbvios retratos de crítica social, vários exemplos que foram transcritos demonstram, nas suas

⁶⁸ Idem: p. 54.

⁶⁹ Idem: p. 61.

⁷⁰ Idem: p.223.

⁷¹ Idem: p.52.

entrelinhas, a crítica feita, ou a vontade de deixar para a posteridade um relato que firme o quotidiano de um tempo onde a fidalguia era dependente da crítica.

A crítica social esteve sempre presente na nossa análise e na nossa inventariação, aquando da necessidade de compreender quais seriam as subdivisões da tabelação, esta sempre foi uma divisão bastante importante contudo bastante subjetiva. A nós, à nossa interpretação está subjacente esta ideia de crítica. O que para nós é criticável, para muitos não o é. Ainda implicado a esta ligação à crítica social, maioria daquela a que tivemos contacto tem como personagens intervenientes mulheres. A fácil diminuição do papel feminino, os defeitos corporais, a constante menção a mulheres mais difíceis como mancebas é uma constante. Talvez o tom cómico de algumas anedotas esconda as características de uma sociedade de completa superiorização masculina sobre o sexo feminino. A objetificação da mulher fica como um dos temas principais relacionados com a crítica.

“Vendo uma dama muito feia a um serão, com uma saia muito rica, lavrada ao modo de tabuleiro de enxadrez, disse o conde: «Que gentil enxadrez, se tivera dama!»⁷²

Conclusão

Mergulhados numa investigação tão cheia de informações, não seria de estranhar a nossa vontade de trabalhar algo com tanto afinco e rigor. O tempo, nosso maior inimigo, limitou-nos bastante a investigação, mas, mesmo assim, compreendemos que esta finalização de um trabalho de quase dez meses já nos deixa com várias e sólidas conclusões referentes ao quotidiano da corte quinhentista.

A nossa investigação situa-se num período de clara mudança dada a influência tanto medieval e moderna que sofre e isso é claramente exposto na exploração dos ditos. O nosso foco foi, desde cedo, o de compreender as fontes que tínhamos em mão e, para isso, avaliamos cada passo que cada um dos autores deu. Se a nossa investigação se prendeu por uma análise do quotidiano, também a avaliação das fontes se pautou pela compreensão do quotidiano dos autores. José Hermano Saraiva enche a sua obra daquilo a que o seu tempo nos habituou: verdades dogmáticas, uma carência de rigor histórico e de informações importantes e uma inevitável abordagem da transcrição de Saraiva.

O quotidiano e a crítica social, levam-nos a construir um perfil de uma corte totalmente dependente do rei mas que não perde a oportunidade para o tentar manobrar, onde da fidalguia escorre bastante “presunção e água-benta”. Numa sociedade profundamente dependente de mercês e da piedade dos monarcas, o

⁷² SARAIVA, José Hermano – *Ditos dignos de memória...* p. 88.

extraordinário contributo das Anedotas para a compreensão do dia-a-dia daqueles que diariamente lidavam com o rei não pode mais ser deixado de parte. Serve esta investigação como o mote para dar aso ao uso de tão boas fontes para que se trace um perfil correto de quem este Portugal foi. Claro que a escassez do tempo não nos permite tamanha ousadia, porém, deixamos a qualquer outro historiador o apelo de dar continuidade à abordagem que os ditos e as anedotas precisam.

Por fim, pensamos que esta investigação seja um carimbar da importância de explorar aquilo que, numa primeira abordagem, parecia inexplorável e “nu” de informações. Os ditos e motes são o espelho da sociedade, são verdadeiros relatos jornalísticos onde para além do contacto com uma escrita preciosamente dicotómica em sentidos, temos abordagens diretas à corte e sociedade de um período tão rico como o da época de quinhentos.

Assim, nada melhor do que terminar parafraseando o pilar deste alento de fazer reviver estes ditos, e mesmo que muitas vezes não o tenha feito da forma mais correta, fê-lo. E esse contributo ficará para sempre na História. Se não do país e da sociedade, pelo menos na minha, porque nenhuma investigação se assemelhou a esta em questões de vontade e entrega. Quando teve a obra que nos foi disponibilizada, José Hermano Saraiva assinou-a arrematando que:

No seu pessimismo aparente, este livro é uma lição de confiança: revela que nunca fomos diferentes do que hoje somos...

José Hermano Saraiva: 1983, Vila Nova de Gaia

Fontes Impressas

LUND, Christopher – *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista: istórias e ditos galantes que sucederão e se disserão no paço*. Coimbra: Almedina, 1980.

SARAIVA, José Hermano – *Ditos portugueses dignos de memória: história íntima do século XVI*. 2ª ed. Lisboa: Mem Martins, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1989.

Fontes Manuscritas

[Ditos portugueses dignos de memória] / [S.a.] .- [S.l., séc. XVI; cópia do séc. XVIII] .- 1 fl. de título inum. em letra posterior + 2 fls. de prólogo inums. + 188 fls. de texto nums. a lápis, frente e verso, de 1 a 375, começando no verso do 2º fl. de prólogo; 2º [288 x 200 mm].

Bibliografia

BUESCU, Ana Isabel – *D. João III: 1502-1557*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3536-X.

BUESCU, Ana Isabel – *Na corte dos reis de Portugal: saberes, ritos e memórias: Estudos sobre o século XVI*. Lisboa: Edições Colibri, 2010. ISBN 978-989-689-023-0.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I: 1469-1521: Um príncipe do Renascimento*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3440-1.

DIAS, Pedro Augusto - *Memórias de El Rey D.João 3º, D. Sebastião, D. Henrique e Filipes* [manuscrito]. Transcrito por Pedro Costa.

FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3442-8.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Ed. do A., 1994.

MARTINHO, Bruno A. – *Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio*. IN BUESCU, Ana, FELISMINO, David – *A mesa dos reis de Portugal: ofícios, consumos, cerimónias e representações: (séculos XII-XVIII)*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011. ISBN 978-989-644-159-3.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *O Século de Ouro (1495-1580)*. In *História de Portugal*. [Lisboa]: Verbo. 1979. vol. III.

SILVA, Mário Justino – *O rei e os nobres: Imagens do quotidiano nos Ditos Portugueses Dignos de Memória (século XVI)*. Carnaxide: Patrimonia, 2004.

Recursos Eletrónicos

Série Azul de Manuscritos in Academia das Ciências [em linha]. [consult. 2017-01-02 23:14:32]. Disponível na Internet: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/8737551_catalogo-ma.pdf.

RAMALHO, Américo da Costa – Ditos e Sentenças de quinhentistas portugueses. [em linha] *Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1972-1973. Vol. XXIX-XXX. [consult. 2016-12-22 21:37:14] Disponível na Internet: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/29288/2/Humanitas29-30_artigo1.pdf?ln=pt-pt.

José *Hermano Saraiva* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2016. [consult. 2016-12-18 17:40:01]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/\\$jose-hermano-saraiva](https://www.infopedia.pt/$jose-hermano-saraiva).